



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
COEPEA - CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E
ADMINISTRAÇÃO



ATA DE REUNIÃO DE CONSELHO Nº 135

Rio Grande, 15 de dezembro de 2023.

Aos quinze dias de dezembro, de dois mil e vinte e três, às oito horas e trinta minutos, reuniu-se, ordinariamente, o Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração, sob a presidência do Prof. Danilo Giroldo e com a participação dos seguintes membros: **De forma presencial** – Adriana Elisa Ladeira Pereira, Adriano Velasqui Werhli, André Luis Castro de Freitas, Andressa Josiane de Lima, Audrei Fernandes Cadaval, Cezar Augusto Burkert Bastos, Cláudio Moss da Silva, Daniel Loebmann, Daniel Porciúncula Prado, Diego D'Ávila da Rosa, Éder Leandro Bayer Maier, Elisa Girotti Celmer, Flávia Verônica da Silva Jacques, Pedro de Souza Quevedo Neto, Rafael Gonzales Rocha, Rafael de Carvalho Missiunas, Ralf Kersanach, Renato Duro Dias, Sibeles da Rocha Martins, Suzane da Rocha Vieira Gonçalves, Vinícius Menezes de Oliveira. **Por webconferência** – Carlos Alberto Seifert Junior, Hugo Ariel Lombardi Rodriguez e Wellington Freire Machado. O Secretário, a pedido do Senhor Presidente, registrou a presença dos substitutos e o motivo da substituição: **De forma presencial** – Adriana Dias Silveira, suplente de Daiane Teixeira Gautério, representando a PRAE; Manoel Leal da Silveira, suplente de Camila Estima de Oliveira Souto, representando a PROGEP; Stefan Weigert, vice-diretor do IO; Roseli Aparecida da Silva Nery, vice-diretora do ILA; Elisângela Martha Radmann, vice-diretora da EQA; Fábio Madeira Peres, representando a PROITI (titulares em férias); Fabiana Schneck, suplente de Eduardo Resende Secchi, representando a PROPESP (titular afastado a serviço na Universidade). **De forma online** – Kessiane Silva de Moraes, suplente de Eduardo Nunes Borges, representante da 3ª Câmara (titular afastado a serviço na Universidade); Soledad Bech Gaivizzo, suplente de Lizandro Mello Pereira, representante dos servidores TAE (titular em licença saúde); Carmem Rejane Pacheco Porto, suplente de Eduardo Saldanha Vogelmann, representante da 9ª Câmara (SLS); Darlene Arlete Webler, suplente de Antonio Luis Schifino Valente, representante da 8ª Câmara (SAP) (titulares em férias). Justificaram ausência: Magda de Abreu Vicente e Felipe Amaral Borges, respectivamente titular e suplente da representação dos servidores docentes (titular afastado a serviço na Universidade e suplente em licença para acompanhar familiar enfermo); Edison Luis Devos Barlem, e Janaína Sena Castanheira, respectivamente diretor e vice-diretora da EEnf (ambos afastados a serviço na Universidade). Ausentes sem justificativa: Jussemar Weiss Gonçalves, suplente de Jamila Geri Tomaschewski Barlem, representante da 6ª Câmara (titular afastada a serviço na Universidade); Fernando Comiran, representante da 7ª Câmara (SVP); Eliana de Freitas Pereira, representante dos servidores TAE; Ana Karolina Fonseca Fritsch, Fábio Ortiz Goulart e Vitória Ávila Bastos, representantes dos estudantes de

graduação. Participaram na condição de convidados, após a aprovação do plenário: Fabiane Binsfeld Ferreira dos Santos (DIGEA); membros da comissão que atuou na elaboração da proposta sobre a Regulamentação do Programa Institucional de Acompanhamento e Enfrentamento da Evasão e Retenção nos Cursos de Graduação: Rafael Rodrigues de Araújo (DIADG/PROGRAD) e Luiz Eduardo Maia Nery (DAI/PROPLAD). Ao iniciar a reunião o Senhor Presidente colocou em discussão a ordem do dia, conforme segue: **1º) Aprovação da Ata 134** – Tendo em vista que a ata fora disponibilizada, antecipadamente, aos conselheiros, o Senhor Presidente perguntou aos presentes se havia alguma manifestação a respeito dessa ata. Não havendo manifestações a respeito, a ata nº 134 foi colocada em votação e aprovada por unanimidade; **2º) Indicação do Cons. Danilo Giroldo – Proc. SEI 23116.019431/2023-42 – Solicitação de homologação do AE 30/2023 – Luto oficial na FURG pelo falecimento da acadêmica Lara Mayumi Muniz Mashima** – O referido Ato Executivo declarou luto oficial na Universidade Federal do Rio Grande por motivo de falecimento da acadêmica do curso de Engenharia Agroindustrial – Agroquímica, Lara Mayumi Muniz Mashima, ocorrido dia 02/11/2023; **3º) Indicação do Cons. Danilo Giroldo – Proc. SEI 23116.020434/2023-29 – Solicitação de homologação do AE 31/2023 – Luto oficial na FURG pelo falecimento do servidor TAE aposentado Dilson Freitas Simões** – O referido Ato Executivo declarou luto oficial na Universidade Federal do Rio Grande por motivo de falecimento do servidor aposentado Dilson Freitas Simões, ocorrido em 24/11/2023, o qual atuou como Técnico de Laboratório Área por 11 (onze) anos; **4º) Indicação do Cons. Danilo Giroldo – Proc. SEI 23116.020437/2023-62 – Solicitação de homologação do AE 32/2023 – Luto oficial na FURG pelo falecimento do servidor docente aposentado Heitor Vieira** – O referido Ato Executivo declarou luto oficial na Universidade Federal do Rio Grande por motivo de falecimento do servidor docente aposentado Heitor Vieira, ocorrido em 27/11/2023, o qual atuou como professor do magistério superior por 34 (trinta e quatro) anos; **5º) Indicação do Cons. Danilo Giroldo – Proc. SEI 23116.021219/2023-45 – Solicitação de homologação do AE 31/2023 – Luto oficial na FURG pelo falecimento do servidor TAE Josencler Luis Ribas Ferreira** – O referido Ato Executivo declarou luto oficial na Universidade Federal do Rio Grande por motivo de falecimento do servidor Josencler Luis Ribas Ferreira, ocorrido em 10/12/2023, o qual atuou como Técnico de Laboratório Área por 11 (onze) anos. As Indicações foram lidas pelo Senhor Presidente, solicitando ao plenário 1 (um) minuto de silêncio em homenagem aos servidores e estudante falecidos. Na sequência colocou o assunto em discussão. A Cons. Adriana Dias Silveira comentou que o servidor, também, era estudante do curso de Psicologia O Cons. Cezar Bastos lamentou a morte dos servidores Dilson e Heitor que trabalhavam na EE - Escola de Engenharia. O Cons. Daniel Prado falou sobre o servidor Josencler, disse que era um ser humano incrível, um grande músico, querido por todos os colegas. O Cons. Daniel Loebmann disse que a morte do colega foi uma situação bem drástica, sendo um momento de grande comoção, comentou que o servidor era estudante do curso de Psicologia, além de atuar como técnico de laboratório do ICB – Instituto de Ciências Biológicas. O Senhor Presidente disse que tinha muito contato com o Josencler e lamentou o ocorrido. Não havendo mais manifestações a esse respeito, as indicações foram aprovadas por unanimidade; **6º) Indicação do Cons. Danilo Giroldo – Proc. SEI 23116.020882/2023-22 – Proposta de Calendário de Reuniões do Pleno do COEPEA para o ano de 2024** – A referida Indicação propõe a aprovação do Calendário de Reuniões Ordinárias do COEPEA para o ano de 2024. A Indicação foi lida pelo Senhor Presidente. Na sequência o

Senhor Presidente colocou o assunto em discussão. A Cons. Sibeles Martins sugeriu puxar os assuntos previstos na reunião de outubro, editais para o processo seletivo 2025, para o mês de agosto. Disse que seria o ideal para que se tenha um semestre para trabalhar bem na divulgação. Sugestão aprovada pelo plenário. Não havendo mais manifestações a esse respeito, a indicação foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade; **7º) Parecer 21/2023 da 2ª Câmara - Processo nº 23116.019442/2023-22 – Criação do curso de Especialização Abordagem Multidisciplinar em Dependência Química** – O processo foi relatado pelo Cons. Flávio Manoel, o qual, após análise da documentação que instrui o processo, votou pela aprovação da proposta de criação do curso de Especialização Abordagem Multidisciplinar em Dependência Química. O parecer foi lido pelo representante da 2ª Câmara, Cons. Ralf Kersanach. Na sequência, o Senhor Presidente colocou o assunto em discussão. O Cons. Daniel Loebmann disse que esse é um curso que já existia, mas pelo fato de não ter sido oferecido por três anos, ficou extinto, sendo que os conselheiros do ICB conversaram e decidiram manter o curso. Falou que o curso está com um perfil diferente, com novos docentes vinculados. O Senhor Presidente disse ser importante a oferta deste curso, por ter uma temática importante, disse que a Universidade tem excelência na atuação, parabenizou o ICB pelo retorno e o oferecimento desse curso. Não havendo mais manifestações a esse respeito, o voto da Câmara foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade; **8º) Parecer 13/2023 da 6ª Câmara - Processo nº 23116.020649/2023-40 – Calendário Universitário 2024/2025** – O processo foi relatado pelo Cons. Vinícius Menezes, o qual, após análise da documentação que instrui o processo, votou pela aprovação da proposta de Calendário Universitário 2024/2025. O parecer foi lido pelo autor. Na sequência, o Senhor Presidente colocou o assunto em discussão. A Cons. Sibeles Martins disse que com essa proposta, será possível colocar o calendário em dia, disse que procuraram manter os mesmos prazos, comentou que, no meio do ano, têm os 30 dias de férias e, ao final, ficam 77 dias entre o último dia de exame até o início das aulas. O Senhor Presidente comentou sobre a sanção presidencial a respeito do feriado no dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra. Disse que quando acontecer a promulgação da lei, será acrescentado ao calendário, comentou que têm dias suficientes não prejudicando o número de dias letivos. O Senhor Presidente parabenizou a PROGRAD pelo trabalho de composição do calendário, disse ser muito importante emparelhar o ano letivo ao calendário para que todas as atividades sejam concluídas dentro do ano do calendário. Não havendo mais manifestações a esse respeito, o voto da Câmara foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade; **9º) Parecer 14/2023 da 6ª Câmara - Processo nº 23116.020833/2023-90 – Regulamentação do Programa Institucional de Acompanhamento e Enfrentamento da Evasão e Retenção nos cursos de Graduação** – O processo foi relatado pelo Cons. Samuel Bonato, o qual, após análise da documentação que instrui o processo, votou pela aprovação da proposta de Regulamentação do Programa Institucional de Acompanhamento e Enfrentamento da Evasão e Retenção nos cursos de Graduação. O parecer foi lido pela Cons. Sibeles Martins. Na sequência, o Senhor Presidente colocou o assunto em discussão. O Senhor Presidente lembrou de uma discussão com os Diretores, em que a Cons. Suzane Gonçalves sugeriu a troca da palavra “mitigação” por “superação” no Art. 2º, Inciso II. Disse que esse assunto foi, amplamente, discutido em várias instâncias, chegando ao Conselho um documento bem maduro. A Cons. Sibeles Martins disse que foi um trabalho que começou, em 2019, pela PROGRAD com colaboração do convidado Luiz Eduardo Nery, Diretor da DAI – Diretoria de Avaliação Institucional,

comentou que foram feitas várias reuniões com a análise dos dados que se tem no sistema acadêmico, disse que se teve o apoio, também, da SECOM – Secretaria de Comunicação, a qual ajudou na divulgação em todas as Unidades, citou que foi feito um Seminário, consulta pública e, agora, chegou a norma. O Senhor Presidente disse ser importante a chegada desse documento antes do final do ano, para que se possa encaixar, conforme os prazos institucionais que são necessários. O Cons. Cezar Bastos perguntou com relação aos prazos, se eles contam a partir de hoje, data da aprovação e se as Unidades Acadêmicas terão 6 meses. O Senhor Presidente disse que sim, a partir de hoje e que são 3 meses para as Unidades Administrativas e, após, 6 meses para que façam seus planejamentos com suas ações institucionais. Comentou que isso foi discutido no Seminário e durante a consulta pública. A Cons. Adriana Pereira perguntou se tem que inserir no Plano de Ação da Unidade, porém tem um prazo para inserir que seria 15 de março, comentou, também, que, ainda, não se tem o PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional e que não tem espaço no sistema para essa inserção, disse que a preocupação no IMEF – Instituto de Matemática, Estatística e Física é com relação ao período de férias, em que vários docentes estarão afastados. O convidado Luiz Eduardo Nery disse que esse planejamento é para ser iniciado em 2025, sendo para o Plano de Ação da Universidade de 2025, disse que a Unidade deverá discutir, antecipadamente, é o Plano de Ação para ser executado a partir de 2025. Comentou que é previsto que muitas das ações que irão fazer parte do Programa, já estão sendo realizadas, pois são frutos de um material que tem ações. Disse que o regulamento gera um impacto importante de um trabalho que vem desde 2019, mas que, ainda, é um início, porque o grande esboço começa em 2025, tendo-se uma previsão de durabilidade de 5 anos. Disse que é uma situação muito complexa conseguir reduzir, intensamente, a situação de evasão e retenção. O Senhor presidente disse que são necessários mecanismos de monitoramento de todas essas ações, sendo uma preparação institucional, isto é, uma preparação para esse enfrentamento. Comentou sobre um Seminário da ANDIFES – Associação Nacional dos Diretores das Instituições Federais de Ensino Superior, o qual tratou sobre isso, apresentou dados importantes, sendo um ponto de partida de uma institucionalização da discussão sobre a evasão. Comentou que todo o movimento que vem sendo feito, já trouxe uma inserção no pensamento institucional, ou seja, depois de toda mobilização, debate, as pessoas têm pensado sobre o assunto estando inserida na cultura, assim, mudando os indicadores desse problema. A Cons. Elisângela Radmann perguntou sobre o Plano de Ação, disse que teria que estar ligado às metas do PDI. O convidado Luiz Eduardo Nery explicou que, agora, a Universidade vai aprovar, na reunião do CONSUN – Conselho Universitário do dia 22 de dezembro, o novo PDI, e que, a partir dessa aprovação, a Universidade começa a construir o seu plano de ação para 2024, falou que é de costume o novo PDI ser aprovado no final do ano e o Plano de Ação do ano seguinte acaba ficando com um tempo reduzido, se não fosse essa situação de novo PDI, as Unidades Acadêmicas e Administrativas já estariam elaborando o Plano de Ação 2024, porém este será postergado neste primeiro ano do PDI, comentou que o Plano de Ação do Programa de Enfretamento à Evasão, é diferente do Plano de Ação do PDI, ele será incorporado na estrutura em 2025, disse que muitas das ações, as quais farão parte do Plano do Programa, já podem ser incorporadas pelas Unidades. Disse que um dos objetivos do eixo de ensino do novo PDI é o enfrentamento à evasão. O Senhor Presidente disse estar bem interessante a mobilização com relação ao PDI com participação intensa da comunidade, acha que o documento irá refletir os enseios, pois apresenta um conjunto de medidas e diretrizes para que

tenha um acoplamento mais ajustado. Agradeceu a todos o trabalho realizado, disse que a Comissão teve uma participação fundamental para conceber a estrutura de discussão na elaboração desse Programa, destacou a riqueza do envolvimento de todas as Unidades Acadêmicas e, depois, no Seminário e consulta pública com a participação massiva da comunidade em todas as ações de mobilização, disse ser um compromisso da gestão a estruturação dessa tarefa, disse estar bem confiante em ser um instrumento para a execução das ações da Universidade como um todo. Comentou que, 2024, será um ano de muita mobilização, discussão sobre esse tema, para que se possa, de fato, construir um Programa que reflita as especificidades de cada Unidade, de cada curso, disse ser fundamental que a construção dos planos de enfrentamento aconteçam nos espaços mais capilarizados possíveis, sendo isso que o Programa prevê. Não havendo mais manifestações a esse respeito, o voto da Câmara foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade e com salva de palmas; **10º) Assuntos gerais** – O Senhor Presidente disse que havia chegado de Brasília em reunião da ANDIFES, agradeceu às Unidades pela presença no “seja FURG”, disse que ele está se consolidando como um espaço importante de interação com a comunidade e refletindo muito bem dentro das comunidades dos municípios em que a FURG tem seus campi e que seja inserido na cultura institucional e traga resultados interessantes e que espera que reflita no processo de ingresso e pertencimento das comunidades, podendo acontecer, somente, a participação intensa da comunidade acadêmica. Falou sobre a Assembleia Universitária a qual teve um outro modelo e dinâmica este ano, disse que foi um desafio a organização, comentou que a FaMed – Faculdade de Medicina trouxe um conjunto grande de destaques, comentou sobre o volume dos servidores homenageados por tempo de serviço, pelo acúmulo de anos sem ocorrer Assembleia, falou que a dinâmica do evento será melhorada e que já tem um título honorífico de professor emérito a um professor da FaDir – Faculdade de Direito, aprovado pelo CONSUN para a próxima Assembleia. Falou sobre o fechamento do ano de 2023 com relação ao orçamento. Disse que ocorreu, no dia de hoje, a descentralização de um recurso extraordinário e que foi muito abaixo do esperado, comentou que estava sendo pleiteado um valor de 500 milhões de reais para todas as Universidade, mas se conseguiu apenas um valor de 150 milhões de reais, que foram distribuídos seguindo critérios da matriz ANDIFES, a qual repercute um conjunto de distorções entre as Universidades, que leva a uma situação como a da FURG, de grave déficit, diferentemente, da situação de outras Universidades, sendo um mecanismo institucional que existe. Disse que a FURG recebeu um valor de 1 milhão e 200 mil reais, sendo um montante muito baixo com relação ao déficit estimado, porém, disse que é algo que ajuda, pois existem alguns contratos em risco de paralização. Falou que se teve paralização de fornecimento de combustíveis e manutenção de veículos, mas sempre negociando para que não se estendesse a situação. Relatou dificuldades, também, as empresas de fornecem mão de obra terceirizada para os navios e museu, o qual chegou a ser interrompido, mas se conseguiu uma negociação para retomar a atividade. Falou que se está em risco de paralização de outros contratos. Comentou que se não for possível reduzir o déficit com essa verba de 1 milhão e 200 mil reais, pelo menos, tentar diminuir o risco de paralização dos contratos. Comentou que o recurso para o ensino superior está perdendo espaço dentro do MEC – Ministério da Educação, disse parecer ter um pensamento segmentado sobre a educação no MEC, falou que acredita na educação comum com um sistema equilibrado, o que não está sendo demonstrado pelo MEC. Disse que a Universidade, se nada mudar, irá fechar o ano de 2023 com um déficit acima dos 13 milhões de reais e que 2024 sinaliza ser um

ano, extremamente, difícil, comentou ser o último ano da gestão e que, infelizmente, será de profunda complexidade orçamentária, pois o Projeto de Lei Orçamentária que está no Congresso é muito ruim para as Universidades, disse que é um orçamento bastante deteriorado. Comentou que a ANDIFES pleiteou uma emenda da Comissão de Educação de 12,5 bilhões de reais para recuperar o orçamento nominal sem correção desde 2013. Comentou sobre as obras não terminadas que demandam um grande custeio. Falou que a Comissão de Educação havia colocado essa emenda, mas no dia de ontem, chegou uma notícia ruim de que o relator acolheu, parcialmente, a emenda de 12,5 bilhões de reais para as Universidades e foi aprovado 14 milhões de reais, disse que esse valor poderá aumentar, mas em tese, será esse valor. Comentou que o orçamento do MEC cresceu, porém o das Universidades vem crescendo de forma insuficiente. Disse que se nada mudar, em 2024, será pago o déficit acumulado, prevendo o dobro no valor do déficit, comentou que não se pode compactuar com essa situação, porque terá que se ter um programa de restrição orçamentária muito grande, comentou que se acreditou que essa situação iria mudar, disse que a ANDIFES irá publicar uma nota com a tentativa de mobilizar o congresso. Falou que será um ano muito desafiador com impactos severos nas atividades acadêmicas. Ainda sobre a questão orçamentária, disse que, em se falando de capital e investimento, não se tem notícia dos recursos do PAC, explicou que esse recurso saiu do orçamento, não sendo algo novo. Disse que o que se tem, objetivamente, de capital para 2024 é 1 milhão tirado do custeio e o PAC que deverá vir, mas não se sabe quando e que será para obras nos campi e para a assistência estudantil dos campi. Comentou que o orçamento dos 4 anos de gestão não se terá o que a FURG teve em 3 meses dos anos de maior investimento nas Universidades, como na época do REUNI. Falou que está em tramitação um projeto de lei sobre assistência estudantil, disse que parece ser muito bom, mas que não aprova um único centavo para assistência estudantil e, em paralelo, é aprovado um fundo específico de suporte para os alunos de ensino médio, mas nada vinculado à necessidade urgente de permanência estudantil, que se tem mantido, pelo enorme esforço que as Universidades têm feito. A Cons. Adriana Dias disse que está em tramitação esse projeto de lei no senado sobre a Política de Assistência Estudantil, disse que tem, hoje, um Programa vigente desde 2012 e que tem uma abrangência bastante grande, mas o entendimento é que teria que se tornar uma Política para assegurar os direitos dos estudantes, relatou que têm estudantes com subsídio integral, isto é, não pagam sua alimentação, estudantes que pagam o valor de 3 reais, porém essa Política abre, completamente, o subsídio a todos que visitarem a Universidade, abre a oportunidade do estudante trazer sua família para morar na casa do estudantes, sendo situação que não se tem como controlar. Disse ficar preocupada com a gerência ficar, somente, no MEC, sendo que várias ações são de ordem social, comentou que esse documento restringe auxílio transporte para, somente, aqueles estudantes que residem em cidades que não tem transporte público municipal, ou seja, tira o direito do estudante a ter auxílio transporte público. Disse parecer que essa proposta não foi discutida, amplamente, sendo uma proposta para atender a uma determinada camada. Falou que, infelizmente, este cenário foi discutido em um fórum regional e a alegria é saber que temos um Reitor que vai à ANDIFES discutir esse assunto e tem o domínio do tema. O Senhor Presidente disse que vai gerar uma pressão muito grande nos recursos, porque são direitos que se criam. Acha que deveria ter se criado um fundo específico e que estava na proposta original e foi retirado, disse que é impossível enfrentar a evasão e o quadro de crise de ingresso sem um projeto estruturado de assistência estudantil. O Cons. Cezar

Bastos disse que, diante do cenário apresentado, gerou uma preocupação com relação ao funcionamento da Universidade em 2024, falou que, independentemente das dificuldades, deve-se estabelecer prioridades para onde irão esses recursos, disse estar preocupado com a manutenção da infraestrutura da Universidade, deu exemplo da manutenção predial, disse que está se tendo perdas de equipamentos em função de problemas estruturais, acha que deve ser prioridade, pois essa situação está gerando mais perdas. A Cons. Adriana Pereira comentou os problemas com o clima ocorrido pela passagem do ciclone e que o IMEF sofreu muito, disse que tem um laboratório de informática, que também é sala de aula, o qual se teve que diminuir pela metade a sala, porque chove dentro, disse ser importante a fala do Cons. Cezar Bastos. O Senhor Presidente disse entender a situação, comentou que esteve na inauguração de uma parte do novo prédio da área da saúde e que teve relatos parecidos, falou que a situação é generalizada de sucateamento sobre a estrutura física da Universidade que é reflexo desses anos todos, mas que entende a questão da prioridade, disse que tem empresas contratadas de manutenção elétrica e predial. Citou um constrangimento que viveu no prédio do ICB em ter que desviar de caixas d'água colocadas no meio do corredor, porque as claraboias quebraram e apareceram goteiras. Falou que deve se olhar, sim, com prioridade a questão estrutural e que todas as ações serão tratadas com transparência. Disse que se o orçamento for aprovado esse ano, será possível ter uma noção do que será em 2024 e poder planejar. A Cons. Suzane Gonçalves disse entender a impotência em que a gestão está enfrentando, mas a pressão que chega aos Diretores, faz com quem a Reitoria seja pressionada, em especial, o Pró-Reitor de Infraestrutura, Rafael Gonzales. Falou sobre a situação caótica do centro esportivo, porque está sem a bolha, chovendo no ginásio com as aulas suspensas e canceladas. Sugeriu fazer, para iniciar o ano que vem, uma reunião com os Diretores, Pró-Reitores, a fim de olharem juntos o ensino junto com a Reitoria para que se tenha um plano de ação conjunto do que pode ser feito, qual a melhor ação a ser tomada, até mesmo, para que os Diretores levem para as Unidades a realidade que se está vivendo, porque o sucateamento está tomando conta. Disse que os Diretores estão por fora de algumas coisas e que chegou a um momento que não se tem mais argumentos para os colegas. Falou estar acompanhando as pautas do governo e que o ensino superior no MEC não tem importância. Comentou que a Professora Denise de Carvalho, Secretária de Educação Superior, é uma decepção, por já ter sido Reitora, comentou que a atual presidente da ANDIFES tem peregrinado na câmara e no MEC, disse que a situação é caótica e que se chegou a um ponto do déficit que precisa de uma ação conjunta dos Diretores com a Administração Superior. Informou que se está em briga com o CNE - Conselho Nacional de Educação, porque havia uma movimentação de revogação das diretrizes de 2019 e se indicava a retomada da Resolução de 2015 e o CNE fez outra resolução sem discussão, a qual é uma mistura das duas e que colocaram para consulta pública com aprovação para fevereiro. Disse que o COGRAD – Colégio de Pró-Reitores de Graduação, está pressionando e encaminhou um pedido à ANDIFES solicitando uma prorrogação do prazo do CNE para que se possa tentar ter uma audiência pública para discutir a situação. Falou que é uma Resolução que separa a formação inicial e continuada, tendo impacto direto na extensão, porque a Resolução de 2015 trata do papel da Universidade na formação inicial continuada articulada com as redes de ensino e essa nova Resolução, tira esse papel da Universidade, disse que tudo isso é uma articulação da Secretaria de Educação Básica, em que estão, hoje, os representantes do “todos pela educação” e eles não querem que as Universidades façam a formação continuada. O Cons. Rafael

Gonzales disse que não se precisa de reunião da gestão com os Diretores, o que se precisa é de dinheiro, falou com relação à manutenção predial que já está homologada a ata, pronta para o empenho dos pedidos, comentou que se têm várias prioridades e que, hoje, não se tem dinheiro de custeio, disse que o anúncio da verba de 1,5 milhões de reais não irá mudar a situação. Com relação aos efeitos climáticos, falou que foi pedido 2 de milhões de reais para o MEC em julho, os pedidos emergenciais foram enviados no mês de julho também, mas o repasse foi só feito em novembro, disse que a FURG está devendo para as empresas que prestaram os serviços emergenciais e que essas só voltarão a executar mão-de-obra quando forem pagas. Disse que a situação está bem difícil. O Senhor Presidente disse que, dificilmente, a reunião irá encontrar caminhos, mas, a título de informação, acha necessário para que uma Unidade enxergue o problema da outra. O Cons. Daniel Prado disse que tinha acabado de chegar do FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e que vários pontos foram discutidos, disse que tentou levantar a pauta orçamentária, mas, diferente, de um ano atrás, quando os discursos eram mais radicalizados, o tema não foi tão bem avançado, acha que parece haver uma condescendência por parte de muitos colegas. Falou sobre a importância da extensão dentro da Universidade e, agora, como componente curricular. Comentou que o PROEXT-PG – Programa de Extensão da Educação Superior na Pós-Graduação é fruto do trabalho da coordenação nacional junto aos diversos Ministérios, os quais foram visitados, acha que é necessária essa iniciativa para a graduação, disse que no evento foi discutido que é preciso ter uma lei extraorçamentária que garanta o financiamento da extensão. A Cons. Elisângela Radmann reforçou a fala da Cons. Suzane Gonçalves, acha importante essa reunião com a Administração Superior, disse que todos sabem que não se tem dinheiro, mas que a pressão que os Diretores recebem do coletivo não cabe mais, todos precisam saber da realidade de cada Unidade Acadêmica para que se enfrente o momento juntos. Comentou que após uma reunião de conselho da EQA- Escola de Química e Alimentos, foi sugerido uma conversa com o Reitor sobre o que fazer, pois os professores decidiram, na reunião, que não irão dar aula prática no próximo semestre, porque estão tirando dinheiro do próprio bolso para dar as aulas. O Senhor Presidente disse que, com a situação que se avizinha, será difícil cumprir o calendário aprovado da forma como está, pois, a progressão do déficit nesse ritmo, pode levar a Universidade a estar pagando o valor anterior com o orçamento seguinte. Acha importante socializar as informações para todos compreenderem o tamanho do problema. O Cons. Cezar Bastos perguntou se chega ao MEC a possibilidade de uma Universidade de não iniciar um período letivo por causa da questão orçamentária. O Senhor Presidente disse que é o conceito que está dentro do MEC, comentou que a secretária Denise está ciente, mas não consegue movimentar nada, disse sobre a captação de recursos extraorçamentários, que escuta alguns Reitores comentando que operam 20 milhões de reais de recursos de emendas de bancada, comentou ainda que o Rio Grande do Sul é um Estado que não aporta nenhum recurso dessa natureza para as Instituições Federais, aprofundando a desigualdade entre as Universidades e dificultando a negociação coletiva, comentou que essa desigualdade acaba parecendo má gestão. Falou que existe uma problemática política que está estabelecida, disse que da parte da gestão, os comunicados da situação estão sendo feitos e não se tem sensibilidade por parte do MEC. O Cons. Vinícius Menezes concorda que o cenário é crítico, cada setor com o seu problema estando em um ponto de autofagia, acha que a discussão interna deve ser feita, mas com o cuidado grande de evitar o processo autofágico e começar

a romper os laços que estão segurando essa situação. Falou sobre as matrizes orçamentárias serem antigas e distorcidas, perguntou quais seriam os principais caminhos para sensibilizar o governo. O Senhor Presidente disse que tem se tentado fortalecer, pois cada Universidade tem seus apoios, falou da questão dos navios que é um problema histórico, porque o financiamento não reflete a necessidade, falou que para o navio Ciências do Mar, diferentemente, do Atlântico Sul, o pacto sempre foi de se ter um financiamento específico e, este ano, ele estava quase perdendo e, em tese, recuperado por conta de parceiros, como a Marinha e outras Universidades. Falou que as emendas individuais são sempre pequenas e sobre o recurso próprio que terá que ser mais estratégico. Comentou um cenário positivo que são os editais para FDCT - Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico e outros importantes, porém são recursos engessados para o tipo de necessidade que se vive. Disse ser difícil pensar, em curto prazo, alternativas concretas. Falou que quem tem feito a movimentação no congresso sobre a situação do ensino superior é a ANDIFES e que está com uma ótima assessoria parlamentar e que já tem algum reflexo. A Cons. Adriana Pereira disse apoiar a sugestão da Cons. Suzane Gonçalves em fazer uma reunião no início do ano que vem, para que cada um exponha as dificuldades. Falou que foi recebido pelas Unidades Acadêmicas um memorando da CPPD – Comissão Permanente de Progressão Docente solicitando representantes das Unidades, comentou que foi levado ao Conselho do IMEF e uma professora do Campus de Santo Antônio da Patrulha mostrou interesse em representar a Unidade na CPPD, porém no memorando tem uma condição de que não pode ter docente que não seja do Campus Carreiros, porque as reuniões são presenciais, disse que entrou em contato com a presidente da CPPD, explicando que o Conselho da Unidade ficou incomodado com essa exigência da CPPD, pois a Universidade é multicampi e considera que não é correto que professor lotado em outro campus seja impossibilitado de participar da comissão. Comentou que nos Conselhos Superiores as reuniões são híbridas, então, não haveria problema para a CPPD. O Senhor Presidente disse que, se essa exigência não está no Regimento da CPPD, não existe essa obrigatoriedade, falou que será analisada essa situação. A Cons. Adriana Pereira falou sobre o horário de funcionamento dos prédios, relatou que aplicou uma prova no turno da noite e que a disciplina terminaria às 22:20h, mas como era uma prova de cálculo, resolveu dar mais um tempo para os alunos realizarem a prova até as 23:10h e que foi abordada pela porteira do prédio, informando que seria fechado às 23:00h, disse que questionou a funcionária sobre o horário limite de aulas ser até às 23:10h e que a mesma informou que se não fechasse o prédio às 23:00h, receberia uma repreensão. O Cons. Cezar Bastos disse que têm disciplinas da EE que vão até as 23:10h, disse que é feito um arranjo para que, apenas, o pavilhão 2 tenha portaria até as 23:10h, falou que os demais, fecham às 23:00h. O Cons. Rafael Gonzales disse que se a demanda é maior, as portarias precisam se adequar, falou que a conduta da porteira não foi adequada, mas que será repassado esse fato ao responsável. Explicou sobre o desligamento programado de energia elétrica que ocorreu no sábado se deu para colocar em operação as usinas fotovoltaicas, disse que uma delas foi atingida pelo ciclone e, ainda, não está em funcionamento por causa do repasse do governo que não veio a tempo, comentou que o estimado de geração de energia é equivalente a 330 mil watts e com todas operando haverá uma geração equivalente de 50 mil watts por mês, falou que em três anos se tem uma economia equivalente ao valor do investimento. Avisou que haverá um desligamento previsto para a próxima segunda-feira (18/12/2023), explicou que não é um desligamento da FURG e, sim, da empresa de energia elétrica. Comentou sobre o

problema de comunicação externa dos telefones que, também, é da operadora em função da obra de duplicação da RS 734. O Senhor Presidente disse que o funcionamento das usinas fotovoltaicas é bem importante, disse estarem pensando em fazer uma matéria que irá ajudar no ano que vem, disse que a energia elétrica é um dos custos mais altos da Universidade, falou sobre o prédio novo da área da saúde, que dois pavimentos já foram liberados para o uso, explicou que têm obras complementares e a conclusão da obra, ainda, com recurso da Fundação de Apoio. Disse que a expectativa de que o prédio possa funcionar, integralmente, a partir do 1º semestre do ano que vem. Comentou que não será fácil gerenciar o prédio que tem dez andares. Nada mais havendo a tratar, às 11h07min, o Senhor Presidente encerrou a reunião. A ata será disponibilizada a todos para apreciação e aprovação, em próxima oportunidade, e irá assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Jorge Bastos, que secretariei a reunião.

Prof. Dr. Danilo Giroldo
PRESIDENTE DO COEPEA

Me. Adm. Jorge Augusto da Silveira Bastos
SECRETÁRIO



Documento assinado eletronicamente por **Danilo Giroldo, Reitor**, em 19/03/2024, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Augusto da Silveira Bastos, Diretor**, em 19/03/2024, às 15:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.furg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0154397** e o código CRC **D1F86E87**.

Referência: Caso responda este documento Ata de Reunião de Conselho, indicar o Processo nº 23116.009218/2023-22

SEI nº 0154397